

Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental - ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiçá - BA

André Santos de Oliveira

Mestrando na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

e-mail: andreagro835@gmail.com

Rafael Guimarães Farias

Mestrando em extensão Rural (UFV), Bacharel em Engenharia Agrônômica (UFRB)

Alicia Ruiz Olalde

Professora adjunta (UNIPAMPA), doutora em Ciência Econômica (Unicamp), Mestre em Política Científica e Tecnológica (Unicamp), Bacharel em Agronomia (Universidad de La República - Uruguai)

Resumo

Este trabalho teve como objetivo identificar os avanços e desafios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER através da implementação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES com foco na atuação da equipe técnica. O recorte de estudo são os Projetos de Assentamento - PA's nas comunidades do Jequiçá e Rancho Alegre, localizados nos municípios de Santa Inês e Ubaíra - BA. Para esta pesquisa, foram utilizados dados secundários do site oficial do governo federal e realizadas entrevistas com a equipe técnica de ATES e os assentados, além disso, foram realizados diagnósticos participativos. Neste sentido, os resultados desse trabalho podem contribuir e possibilitar uma reflexão sobre possíveis mudanças na política de ATES e também na adequação das estratégias de desenvolvimento para os PA's nas comunidades do Jequiçá e Rancho Alegre.

Palavras-chave: Extensão rural; desenvolvimento rural; reforma agrária.

Advances and challenges of Program of Technical assistance, Social and Environmental - ATES in settlement projects in the Vale of Jequiçá - BA

Abstract

This work aimed to identify the advances and challenges of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension - PNATER, Through the implementation of the Program of Technical assistance, Social and Environmental - ATES focusing on the performance of the technical team. The study cut is the Settlement Projects - PA's, in the communities of Jequiçá and Rancho Alegre, located in the municipalities of Santa Inês and Ubaíra - BA. For this research, were used secondary data from the official website of the federal government and interviews were carried out with the technical team of ATES and the settlers, besides that, participatory diagnosis were performed. In this sense, the results of this work can contribute and allow a reflection on possible changes in the policy of ATES and also on the adequacy of development strategies for PAs in the communities of Jequiçá and Rancho Alegre.

Keywords: Rural extension; rural development; agrarian reform.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 218-229	Jan-Abr./2017
--------------	---------------------	----------------	-------------	---------------

Avances y desafíos del programa de asesoramiento técnico, proyectos sociales y ambientales en asentamientos en el Valle de Jequiriçá - BA

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo, identificar los avances y desafíos de la Política Nacional De Asistencia Técnica y Extensión Rural - PNATER, a través de la implementación del Programa de Asesoría Técnica, Social y Ambiental - ATES, enfocado en la actuación del equipo técnico. El área de estudio son los proyectos de asentamiento - PA's en las comunidades de Jequiriçá y Rancho Alegre, localizados en los municipios de Santa Inês y Ubaíra - BA. Para esta investigación, fueron utilizados datos secundarios de la pagina oficial del Gobierno Federal, realización de entrevistas con el equipo técnico de ATES y los asentados, además de la realización de diagnósticos participativos. En este sentido, los resultados de este trabajo pueden contribuir y posibilitar una reflexión sobre posibles cambios en la política de ATES y también en la adecuación de las estrategias de desarrollo para los PA's en las comunidades de Jequiriçá y Rancho Alegre.

Palabras clave: Extensión rural, desarrollo rural, reforma agraria.

Introdução

Ao longo da história, o Estado brasileiro não conseguiu implementar uma política de Reforma Agrária que atenda às necessidades dos assentamentos rurais, isto, porque o predomínio das elites agrárias e a ausência de interesse econômicos e políticos do país contribuem de forma significativa para a ineficácia no desenvolvimento dessas políticas. Ao longo do tempo os assentados através de movimentos e organizações sociais, pressionam o poder público objetivando avançar na elaboração de uma agenda para construção de uma política de reforma agrária que garanta o desenvolvimento econômico e social.

A remittente opção do Estado pela concentração de terras coloca o Brasil como o segundo país de maior concentração da propriedade da terra do mundo, perdendo apenas para o Paraguai. Um dos resultados dessa opção é a má distribuição de renda como é apontada pelo índice de *Gini*¹, segundo os dados da ONU envolvendo 187 países, apenas sete deste apresentam distribuição pior do que a do Brasil 53,9: Colômbia, Bolívia, Honduras, África do Sul, Angola, Haiti e Comores.

Segundo Stedile (2012), no Brasil nunca se efetivou um programa de reforma agrária verdadeiro e o que houve depois da redemocratização foram desapropriações pontuais de alguns latifúndios e um programa mais amplo de colonização de terras públicas na Amazônia que não afetaram a estrutura da propriedade da terra. Ainda para o autor, as desapropriações de latifúndios oscilam a cada governo muito mais como fruto da pressão

¹ Mede a desigualdade na distribuição de renda numa escala que varia de 0 a 100, sendo 100 o índice de maior concentração.

social dos movimentos e organizações sociais do que de um amplo programa de reforma agrária estruturado pelo Estado.

A demanda atual da reforma agrária é operacionalizada pelo Estado através do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES amparado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e visando prover assessoria técnica, social e ambiental para as famílias dos Projetos de assentamento - PA's reconhecidos pelo INCRA. Deste modo, o INCRA é o órgão que coordena o programa de ATES nacionalmente por meio da Diretoria de Desenvolvimento de PA's e regionalmente através de suas superintendências.

A proposta metodológica do programa de ATES traz embutida uma concepção inovadora e desafiadora com intenção de romper com o modelo convencional de produção difusionista e mitigar as consequências da intensa perturbação nos agroecossistemas oriundos de desmatamentos, perda da biodiversidade, erosão dos solos, poluição, contaminação ambiental, endividamento, êxodo rural, marginalização, inchamento das cidades, desemprego e prostituição.

São inúmeros os desafios para implementar esse modelo proposto pelo programa de ATES, desde a formação dos técnicos até a falta de infraestrutura nos assentamentos. Diante desse cenário cabem alguns questionamentos fundamentais deste artigo: Há avanços na implementação do programa de ATES? Como os profissionais estão contrapondo o modelo de produção difusionista? Como os assentados avaliam o desenvolvimento dessa proposta? Essas questões foram analisadas no período de 2008 a 2012, início dos trabalhos de ATES na região, no núcleo operacional do município de Santa Inês-BA².

Metodologia

Para a avaliação de uma política pública o estudo de Patton (1987) aponta para uma pesquisa qualitativa, pois possuem vantagens aplicadas à análise de políticas sociais ou organizacionais. A pesquisa qualitativa apresenta-se com diversas características que permite abordar o objeto com garantia de sensibilidade nos resultados (MAJCHRZAK, 1984).

O presente estudo visa observar a atuação da equipe de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES nos Projetos de assentamentos - PA's em 2009. Para subsidiar

² Os projetos de assentamentos - PA's estudados estão localizados no município de Santa Inês - BA, sendo que o Jequiriçá apresenta uma parte de sua área no município de Ubaíra.

essa observação, realizou-se um Diagnóstico Rápido Participativo - DRP no intuito de perceber um retrato da situação dos PA's em Jequiçá e Rancho Alegre. O DRP foi desenvolvido a partir da divisão dos assentados em grupos incumbidos de identificar com grãos de milho no mapeamento desenhado em papel parede, na perspectiva da construção de indicadores, através das seguintes técnicas:

Calendário sazonal - Foi possível verificar como estão distribuídas as atividades dos assentados durante os meses do ano, permitindo verificar as seguintes indagações: Quais são os fatores que contribuem para que a ocupação se acentue nos meses de maior concentração de atividades? Quais atividades alternativas poderiam ser desenvolvidas para preencher o tempo ocioso?

Matriz de conflitos - Nesta matriz verificou-se os fatores de conflitos (nas relações entre membros) e os tipos de conflitos (são os fatores que levam aos conflitos dentro das relações). Nesta matriz existiu um espaço, caso surgisse alguma outra sugestão de atores e/ou tipos de conflitos. Em seguida os assentados marcaram cada um com um grão de milho as áreas em que eles consideraram existir conflitos. Posteriormente, fez-se uma comparação entre as matrizes de conflito aplicadas nos PA's. Ao final obteve-se um diagrama dos conflitos que existem nos assentamentos.

Da qualidade de vida - Nesta atividade, o grupo de assentados identificou as alterações que ocorreram na qualidade de vida; antes de vir para os PAs e depois de vir para os PAs. Isso possibilitou visualizar as ocorrências de melhorias na qualidade de vida dos assentados após começarem habitar no assentamento. Com os resultados adquiridos analisaram-se quais fatores levaram a melhoria nos pontos mais citados.

Assim, em 2012 foi possível retornar aos PA's e fazer uma comparação *Ex post*³ com o objetivo central de compreender os avanços e desafios na implementação do programa de ATES no município de Santa Inês-BA. Para tanto o instrumento de coleta de dados foi à aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturada com intenção de correlacionar as informações obtidas pelo DRP em 2009, no início do trabalho, com a realidade dos PA's em 2012. As entrevistas foram realizadas com roteiros específicos para: os núcleos operacionais de Assistência Técnica Social e Ambiental - ATES, assentados e diretoria dos PAs. Para obter as informações gerais foram realizadas pesquisas secundárias em sites oficiais.

Aspectos gerais sobre os PA's e o programa de ATES no Brasil

³ Quer dizer, depois da sua execução, com vista a determinar possíveis desvios e a atualizar a avaliação.

Os PAs, objeto deste estudo, são oriundos de desapropriações para fins de reforma agrária, localizados na região semiárida no município de Santa Inês e estão vinculados ao INCRA pela Política Nacional de Reforma Agrária, o PA Jiquiriçá desde 23/04/2004 e o PA Rancho Alegre desde 05/05/2005. Sendo o PA Jiquiriçá com capacidade de assentar 61 famílias, sendo o número real de assentados 59. O PA Rancho Alegre tem capacidade de assentar 60 e estão todas as vagas preenchidas.

No decorrer dos anos, a luta pela terra e trabalho foi um confronto entre os que não possuem terras e estão ligados aos movimentos e organizações sociais em conflito com a elite brasileira que fundamentalmente tem característica latifundiária e oligárquica. Apesar da luta pela terra ser um tema que surge desde a colonização do Brasil, o primeiro movimento organizado de luta pela Reforma Agrária surgiu em 1955, com a 1ª Liga Camponesa em Pernambuco, sendo constituída de um movimento formado por trabalhadores rurais, religiosos, sindicalistas, militantes de partidos políticos e intelectuais da academia. Um ano antes, foi criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Pouco a pouco foram nascendo os sindicatos rurais. As Ligas resistiram poucos anos após a instalação da ditadura militar, mas serviram de incentivo para vários movimentos de luta pela terra. Nesta configuração se constituirão os movimentos sociais do campo que se consolidam com o processo de redemocratização (MEDEIROS e LEITE, 1999).

Como resultados da exclusão e das duras condições impostas aos trabalhadores rurais, surgiram diversas associações com o objetivo de representar e defender os interesses deste segmento social. Passado décadas desde que se findaram as ligas camponesas, ainda encontra-se presente a necessidade de se refletir acerca das relações e da concentração fundiária no cenário rural brasileiro, observado como grandes obstáculos a serem superados, e para tanto, demanda ações de pressões sociais que desencadeiem políticas públicas estruturais (SILVA, 2009).

Para Sodré (2002), o cumprimento dos objetivos da reforma agrária passaria pela criação de novas unidades de produção através do reordenamento da terra e o acesso a políticas de infraestrutura agrícola e social. Esses fatores favorecem a continuidade dos trabalhadores rurais no campo através da geração de emprego e renda. Além disso, a autora afirma que as políticas devem condicionar a promoção de justiça social e a cidadania através de incentivos à vida comunitária melhorando a qualidade de vida. Em seus resultados, ela descreve que a noção de projeto de assentamento rural envolve a continuidade do homem e da mulher no campo, no entanto, esse envolvimento deve estar associado à oferta de condições básicas para sobrevivência.

Uma importante consideração acerca dos assentamentos é destacada por

Albuquerque (2004), na perspectiva de integrar os assentados às comunidades vizinhas e proporcionar que eles possam produzir para a sua subsistência e comercialização. Essa perspectiva da produção nos assentamentos tem se agravada pela ausência de assessoria técnica e planejamento produtivo para adequação da atividade agrícola nessas comunidades. Em última análise, os projetos de assentamento muitas vezes não levam em consideração os comportamentos socioculturais das famílias assentadas.

Pesquisas realizadas por Mello, (2012) com PA's consolidados na Bahia, mostraram que os assentados do Sul da Bahia (região com maiores pluviosidades e melhores condições de renda) não apresentaram rendas maiores em relação aos assentados do Semiárido (região de baixa pluviosidade e condições de renda), justo onde a distribuição das chuvas são mais uniformes durante o ano, associado a isto os bons solos, além de culturas relativamente mais rentáveis, em especial, o cacau. Essa contradição poderá ter como referência a visão assistencialista e não emancipatória, também compartilhada pelos assentados e o associativismo forçado pelas políticas públicas que comprometem os resultados dos PA's. Segundo Cardel et al. (2013) cada caso representa do ponto de vista antropológico um conjunto de fatores inter-relacionados com a condição humana para sobrevivência, daí a necessidade de instrumentalizar diversas formas de relacionamento por parte dos indivíduos, sendo estas, possivelmente desconsideradas quando se pensa metodologias para o desenvolvimento e implantação das políticas públicas para os assentamentos.

Os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. Daí as dificuldades de apreender esta realidade que é dinâmica (BERGAMASCO, 1997).

Sob muita discussão e pressão social dos movimentos e organizações sociais o poder público põe na agenda a proposta, em tese, de atender essas demandas contemporâneas dos agricultores familiares em suas diversas tipologias, dentre elas o assentado. Diante deste cenário, em 2004 constituiu-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER de forma participativa com articulação de diversas esferas do governo Federal, unidades federativas, segmentos da sociedade civil, representantes dos agricultores familiares e movimentos sociais. Esta, propõe contribuir em uma ação institucional que possibilite a implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável com estímulo para geração de renda e de novas oportunidades de trabalho, para isto propuseram potencializar atividades de produção que

possibilitem oferta de alimentos saudáveis e, também apoiar a construção de redes de comercialização regional e internacional, estimulando setores para implantação de agroindústrias assim como atividades rurais não agrícolas, mas, sobretudo, o elemento central da PNATER é enfatizar a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre (MDA, 2004).

A PNATER serve como base para diversos programas e projetos de extensão rural. Envolvido nesta política e conveniente ao estudo deste artigo destaca-se o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES. Este programa propõe uma metodologia inovadora e de caráter educativo, buscando promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. No aspecto institucional, o Programa é executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária. (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

O programa de ATES contribui para o desenvolvimento rural na perspectiva da sustentabilidade, buscando ações que prezam pela qualidade de vida dos assentados, focado em indicadores do desenvolvimento socioambiental, também econômico e produtivo. Demandando uma assistência técnica diferenciada superando as barreiras convencionais de intervenção difusionista, tendo em vista que há necessidade de maior envolvimento dos técnicos com as questões. Essa abordagem desafiadora requer profissionais que sejam capazes de entender o papel educativo reflexivo da extensão rural, agindo como educador, problematizando a situação em que está inserido e se aproximando do local de atuação, ou seja, uma visão de extensão citada por Freire.

(...) não pode, em termos concretos, reduzir o seu que fazer a esta neutralidade inexistente: a do técnico que estivesse isolado do universo mais amplo em que se encontra como homem. Assim é que, desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, seu trabalho assume este aspecto amplo em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma. Esta indeclinável responsabilidade do agrônomo, que o situa como um verdadeiro educador faz com que ele seja um (entre outros) dos agentes da mudança. Esta responsabilidade não é exclusiva do agrônomo-educador nem dos educadores em geral, mas sim de todos quantos, de uma ou de outra maneira, estão dando sua contribuição ao esforço de reforma agrária. (FREIRE, 1983, p. 37).

As equipes técnicas são constituídas por profissionais das ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas. A intervenção destes nos PA's tem adotado metodologias

participativas de ação por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Esta metodologia deve permitir, também, a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas, para situações semelhantes em diferentes contextos.

Resultados e discussão

A estrutura e o funcionamento da ATES busca coerência entre a concepção de uma extensão rural democrática, assessoria técnica, social e ambiental e as políticas voltadas para reforma agrária com o objetivo de proporcionar, para as famílias assentada, condições para o seu pleno desenvolvimento. A ATES é considerado como uma política pública de fundamental importância para o desenvolvimento dos PA's, colaborando com a transformação da realidade das famílias assentadas e fortalecendo o elo entre os assentados e o meio onde estão inseridos (INCRA, 2010).

Embora reconhecendo que o período de atuação do Programa de ATES é ainda pequeno para avaliar os impactos do mesmo, foi possível constatar alguns avanços e desafios que a implantação desse programa apresenta nos referidos PA's.

A rotação dos profissionais da equipe técnica aconteceu duas vezes: (i) a primeira foi à saída do agrônomo que segundo a equipe de ATES em entrevista justificou a dificuldade em conseguir situar-se na dinâmica dos assentamentos, além disso, haviam outros motivos pessoais que o levaram a solicitar destituição; (ii) a segunda foi um técnico agrícola que encontrou uma proposta de trabalho que, segundo ele, foi melhor e optou por sair. Segundo depoimentos dos atuais componentes, outro fator que leva os profissionais a sair do quadro da equipe é a falta de segurança de continuidade do trabalho, ou seja, a instabilidade laboral faz com que muitos profissionais procurem outros locais para trabalhar.

No PA Jequiriçá através dos DRP's e entrevistas com a diretoria do assentamento verificamos que os assentados manifestaram dificuldades em romper com a cultura individualista principalmente na manutenção e desenvolvimento das áreas coletivas que estão em condições de abandono.

A cultura assistencialista internalizada no assentamento dificulta o desenvolvimento de trabalhos pela equipe de ATES, voltados para emancipação e autogestão do assentamento.

As mulheres do PA Jequiriçá apresentam dificuldades em desenvolver atividades independentes dos maridos. Isto porque, a rotina diária (cuidar das crianças, casa, alimentação e ajudar o marido na roça) lhe consome a maior parte do tempo, dificultando o surgimento de atividades econômicas independentes desse contexto. A relação de domínio

e opressão que o homem da família realiza na construção da sua relação conjugal prende a mulher nos seus fazeres domésticos, impossibilitando-a o desenvolver outras atividades de agregação de renda e valor.

Pela proximidade com a zona urbana o PA Jequiriça apresenta uma categoria de assentados “diurnos” e outra de assentados “moradores”, de acordo com as famílias a percepção de identidade para o assentado, está relacionada com a correlação de atividades que compreendem o espaço urbano e do campo.

Nos DRP’s e entrevistas com os assentados e diretores do PA Rancho Alegre ficou evidente que o desenvolvimento do projeto depende principalmente da implementação das condições estruturais como acesso a crédito, água potável e condição de sobrevivência no campo.

Mesmo com a dificuldade em romper com a cultura individualista os assentados conseguiram construir mecanismos de divisão do trabalho que possibilitou ao assentamento desenvolver as atividades nas áreas consideradas coletivas. Isto representa do ponto de vista organizacional uma nova forma de construir as relações de trabalho. Mesmo que o individualismo ainda seja fator preponderante.

Diferente do PA Jequiriçá, no PA Rancho Alegre possui uma predisposição das mulheres em construir ações de desenvolvimento alternativo para complementar a renda da família. As principais formas citadas foram beneficiamento caseiro de produtos oriundo da mandioca, milho e leite. A forma de trabalhar o potencial do grupo de mulheres nesse PA é diferente em relação ao Jequiriçá, pois a forma de organização interna foi estabelecida de maneira diferente, em que as mulheres no PA Rancho Alegre, além de cumprirem atividades dentro do lar e ajudarem seus cônjuges no campo, estabeleceram um cronograma de reuniões para discutir assuntos relacionados ao desenvolvimento produtivo das mulheres. Caso que não acontece no PA Jequiriçá que não tem nenhum calendário de reunião e as mulheres executam atividades dentro do lar e nas roças com os maridos.

O PA Rancho Alegre apresenta uma distância considerável do centro urbano. Isto possibilita aos assentados um maior contato diário entre eles, estabelecendo desta forma maiores condições para ampliar relações de confiança entre assentados. Principalmente pelo fato da concepção dos grupos dentro do PA girarem em torno das condições materiais de produção, por exemplo, a troca de diárias - um dia o agricultor “A” trabalha na área do agricultor “B” e no dia seguinte inverte, possibilitando desta forma o desenvolvimento de relações associativistas.

Nos serviços de ATEs a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER pelo caráter de correções estruturais nos serviços de

Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER vem encontrando uma série de barreiras. Dentre elas, destacamos a necessidade de materialização de um Sistema Nacional de ATER para possibilitar condições de articulação das entidades que atuam com a ATER em todo território nacional. Também, percebe-se que os recursos destinados ao desenvolvimento da ATER no país ainda não são suficientes para atender toda a demanda do território nacional. Como exemplo, observa-se na relação dos assentamentos para acesso aos financiamentos e implantação da infraestrutura básica. Segundo os entrevistados a questão do acesso ao crédito não é pela falta de recursos senão pela morosidade do INCRA em fazer a delimitação das áreas de reserva, o licenciamento ambiental e o parcelamento, que são prévios ao crédito.

Devido à implementação da ATES, os PA's tiveram mudanças internas similares e progressivas. Nos dois casos estudados foram formalizadas comissões internas para fiscalizar e tomar medidas coletivas acerca dos problemas ambientais. Construíram comissões de negociação com o poder público municipal para resolverem problemas como falta de água e transporte escolar. Ambos tiveram um avanço no número de produtores com a Declaração de aptidão ao PRONAF.

Uma dificuldade latente apresentada pelos profissionais (agrônomos e técnicos) nos PA's consiste na tentativa de estabelecer um plano estratégico para cada realidade dos assentamentos. Há grande insatisfação dos assentados em relação a dificuldade em melhorar os sistemas de produção e criação.

Também ficou registrado através dos relatos e entrevistas que há um desafio de impulsionar a construção de um profissionalismo diferenciado. Isto exige a continuidade e ampliação do processo de formação de Agentes de ATER. Também está posta a necessidade de mudança nos conteúdos e grades curriculares das Instituições de ensino médio, técnico e superior. Desta forma, acredita-se que poderá permitir condições para formar profissionais capazes de atender a atual demanda do meio rural com base nos princípios da PNATER.

A participação das Organizações Não Governamentais também representa um desafio, pois, exercendo papéis que é dos órgãos públicos se vêem sempre dependente de submissão de propostas de projetos de execução em curto prazo para ter acesso aos recursos, desta forma um problema se instala na implantação de infraestrutura e contratação de profissionais técnicos, por conta de não ter garantia de continuidade dos recursos. Com isso, existe a necessidade de consolidar parcerias que permitam a continuidade dos serviços por mais tempo e com qualidade.

Conclusões

Apesar dos PA's apresentarem avanços no que se refere às questões relacionadas à organização e problemas sociais, verificou-se uma lacuna no desenvolvimento das forças produtivas onde não houve mudanças no aumento da produtividade agropecuária das famílias.

Evidencia-se que para ambos os PA's faz-se necessário a construção de estratégias de desenvolvimento de maneira diferenciada devido ao avanço organizacional interno de um em relação ao outro e o envolvimento dos assentados é decisivo para que se consiga êxito nas ações desenvolvidas.

Há dificuldade dos profissionais em aplicar as metodologias de extensão que foi pensada para o programa de ATES. Com isso, verifica-se a necessidade de ajustar a proposta teórica com as especificidades dos PA's em consonância com a realidade prática dos profissionais que implementam o programa.

É necessário consolidar parcerias que garantam a continuidade dos serviços de ATES por um tempo maior de maneira que possibilite a obtenção de resultados mais conclusivos acerca da viabilidade desta política pública no processo de desenvolvimento dos PA's.

Referências

ALBUQUERQUE, F. et al. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Psicologia em estudo**, Maringá-PR, v. 9, nº 1, 2004; p. 81-88.

BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números, **Estudos Avançados**, São Paulo-SP, v. 11, nº 31, 1997; p. 37-49.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. MDA versão final, 25/05/2004.

_____. **Desenvolvimento agrário como estratégia**. NEAD, Porto Alegre - RS, 2006.

_____. **Manual de Assessoria técnica social e ambiental - ATES**. INCRA, Brasília, 2008.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio: Jacques. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 65p.

INCRA, Instituto nacional de colonização e reforma agrária. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros da reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-assentamentos-2010](http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros%20da%20reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-assentamentos-2010). Acesso em: 11/11/2012.

- MAJCHRZAK, A. **Methods for Policy Research**. Beverly Hills (California): Sage, 1984.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS/CPDA, 1999, 286p.
- MELLO P. F.; BISPO L. D. Compreendendo os assentamentos da Bahia. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - VII. SOBER - Nordeste, **Anais**, Ilhéus-BA, 2012, (CD ROM).
- NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P. Reforma agrária e a atuação do estado na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural para assentados. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 83 -104.
- PATTON, M. Q. **How to use qualitative methods in evaluation**. Newbury Park (Califórnia): Sage, 1987.
- SILVA, T. M. M. A presença das ligas camponesas na região Nordeste. **Anais** do XIX Encontro nacional de geografia agrária, São Paulo - SP, 2009.
- SODRÉ, M. L. **Reforma agrária e qualidade de vida o caso do projeto de assentamento Nova Palmares**, Dissertação (Mestrado) - Escola de Agronomia - Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas - BA, 2002.
- STEDILE, J. P. **Cadê a reforma agrária?** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Cade-a-Reforma-Agraria>> Acesso em 20/12/2012.
- VARGAS, D. L. de. Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS, **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 16, nº 22, 2013; p. 127-132.
- CARDEL, L. M. P. S. et al. Práticas e contradições: em estudo de caso sobre camponeses assentados no Médio São Francisco. **Revista Economia e Sociologia Rural**. Brasília-DF, v. 51, nº 4, 2013; p. 625-644.

Recebido para publicação em 04 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 02 de dezembro de 2016.

Aceito para a publicação em 28 de janeiro de 2017.